



Esclarecimento do Ministério do Ambiente e da Ação Climática

Face à circulação de dados incorretos sobre a alegada relação entre o fecho das centrais a carvão, o baixo nível de armazenamento nas albufeiras das barragens e a importação de eletricidade de Espanha, o Ministério do Ambiente e da Ação Climática esclarece:

- 1) Não tem correspondência à realidade a ideia de que Portugal importa eletricidade de Espanha porque encerrou as centrais a carvão. Na verdade, não existe uma relação de causa e efeito entre os dois factos. Basta recordar que, estando Sines e o Pego a funcionar, o país era importador líquido de eletricidade. Para a determinação do sentido do saldo importador ou exportador tem maior relevância o ano hidrológico seco ou húmido;
- 2) Pertencendo Portugal e Espanha ao mercado ibérico de eletricidade (MIBEL), a substituição de importação de eletricidade de território espanhol pela via do carvão não implica, necessariamente, poupanças para os consumidores de eletricidade. De facto, o importa avaliar a diferença entre a importação de carvão para a produção em território nacional (o que acontecia quando as centrais do Pego e de Sines funcionavam) e o pagamento de licenças de dióxido de carbono face à importação de um *mix* de produção em que o carvão assume pouco relevo, sendo o preço do MIBEL, nos últimos meses, maioritariamente influenciado pelo gás natural;
- 3) Importar carvão para produzir em Portugal é importar energia. O único modo sustentável de diminuir quer as importações, quer os custos de eletricidade, é pela via da aceleração na entrada em funcionamento de toda a potência renovável possível e não através da manutenção de centrais termoelétricas a carvão;
- 4) No último ano, o acréscimo de produção a partir de fonte solar foi superior à da central do Pego. No primeiro semestre deste ano, haverá produção de mais 600 MW de energia solar, o que corresponde, grosso modo, à produção da referida central.

7 de fevereiro de 2022

